

INDEPENDÊNCIAS: OUTRAS DIMENSÕES DO BRASIL IMPERIAL

 10.5935/2177-6644.20210001

INDEPENDENCES:
OTHER DIMENSIONS OF BRAZILIAN
EMPIRE

INDEPENDENCIAS:
OTRAS DIMENSIONES DEL
BRASIL IMPERIAL

Kelly Eleutério Machado *

 <https://orcid.org/0000-0002-9144-0911>

Raissa Gabrielle Vieira Cirino **

 <https://orcid.org/0000-0002-6868-6972>

Amanda Chiamenti Both ***

 <https://orcid.org/0000-0002-8450-6054>

O bicentenário de independência do Brasil: passado, presente e futuro

A proximidade do bicentenário da independência do Brasil nos convida a refletir sobre a profusão de ideais, interesses, percalços, sujeitos e embates que estiveram na base da construção do novo país. A complexidade do evento exige uma abordagem a partir de diferentes enquadramentos, temporalidades e realidades. O dossiê *Por outras dimensões do Brasil Império* representa um esforço nesse sentido. Dialogando com outras iniciativas da comunidade científica, a exemplo das ações da ANPUH (Associação Nacional de História), os textos aqui reunidos pretendem discutir as “várias independências” (GONÇALVES, 2018) que marcaram o processo de construção do Estado nacional brasileiro. Dar conta da heterogeneidade desse processo é, ao mesmo tempo, desafiador e instigante.

* Doutora em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Pós-doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo (USP), Bolsista Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Número do processo: 2020/04701-7.  <http://lattes.cnpq.br/2786990835584462> - E-mail: kellyeleuteriom@gmail.com.

** Doutora em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Bolsista fixação de Doutor na Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), vinculada ao Departamento de História e Geografia e ao Programa de Pós-graduação em História.  <http://lattes.cnpq.br/9924974769240080> - E-mail: raissa_gabrielle@yahoo.com.br.

*** Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Pós-doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).  <http://lattes.cnpq.br/4967770182431216> - E-mail: amaboth@hotmail.com.

A primeira questão que nos chama a atenção nos artigos que compõem este dossiê é o uso recorrente da imprensa oitocentista como fonte de análise. Devemos lembrar que a criação da imprensa real (1808) e a regulação da liberdade de expressão (1821)¹ foram acontecimentos que marcaram um contexto de transformações, na esteira da transferência da Corte joanina e da elevação da colônia a Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves (1815). Vencendo as distâncias, as folhas impressas difundiram informações, opiniões e ideais que pautaram as disputas durante a organização das novas estruturas imperiais.

Outro ponto a ser destacado diz respeito à articulação entre micro e macro, entre as dimensões local, nacional e global. Essa dinâmica demonstra que os autores estão atentos à crítica feita há algum tempo por Evaldo Cabral de Melo (2004): a Corte não é o único espaço apresentado, ao contrário, ganham relevância os estudos sobre a região norte, em especial o Maranhão e Pernambuco. Além disso, os pesquisadores ainda discutem outras dimensões do processo, notadamente a política, a cultural, a econômica e a social. As conexões com o outro lado do Atlântico também são assinaladas, evidenciando a circularidade, as rupturas e permanências de um mundo em reconstrução.

É importante frisar que os pesquisadores refletiram sobre a independência não como *fato*, mas sim como *processo*. Ao variar as balizas temporais, especialmente no tocante ao período pós-independência, as pesquisas consideram novos marcos e, mais uma vez, confirmam a complexidade dessa dinâmica para se pensar as dimensões oitocentistas do Brasil. Por destacarem que não se tratou de uma única independência, mas de muitas, os textos abaixo apresentados trazem uma importante contribuição para a historiografia brasileira.

O artigo de Fred Candido da Silva abre o dossiê. A partir das contendas entre os religiosos Francisco Muniz Tavares e Joaquim do Amor Divino, mais conhecido como frei Caneca, o pesquisador desvela as estratégias do primeiro para efetivar o projeto independentista na província de Pernambuco. Ao cotejar a trajetória de Muniz Tavares entre a experiência revolucionária de 1817 e 1824, Silva nos induz a ponderar sobre os interesses das facções da elite pernambucana diante do projeto de governo proposto por Pedro I.

Lucas Gomes Carvalho Pinto propõe uma análise das abordagens da Revolução constitucionalista do Porto na historiografia da independência do Brasil. A discussão parte da reflexão sobre a articulação casuística feita pela historiografia até a década de 1990 entre a

¹ Cumpre frisar que, com a dissolução da Constituinte e a outorga da Carta de 1824, a imprensa periódica sofreu um encolhimento abrupto, ainda que momentâneo. Seu revigoramento dar-se-ia a partir de 1826, com a abertura do Parlamento e a formação de uma força oposicionista ao governo de D. Pedro.

Revolução e a independência, na qual esta era uma continuidade da primeira. Enfocando apenas os aspectos políticos, essa abordagem limitava a compreensão da Revolução, uma vez que acabava por obliterar os significados que esse movimento adquiriu nas demais partes do Império português ultramarino, como se a Revolução do Porto somente adquirisse inteligibilidade à luz da independência do Brasil.

O artigo de Andréa Fernandes apresenta outra dimensão da independência do Brasil: o processo de construção da identidade nacional brasileira. Estabelecendo um diálogo com o texto, hoje clássico, *Peças de um mosaico* de István Jacsón e João Paulo Pimenta (2000), a autora discute os usos e os sentidos dos termos brasileiro, brasílico e brasiliano. Articulando o debate historiográfico com a literatura, Fernandes defende que a ruptura política do Brasil com Portugal impôs a necessidade de definir quem seriam os habitantes do Império. Brasileiro, no sentido político do termo, não nasceu, portanto, em 1822, ao contrário, foi uma identidade que só se consolidou em meados do oitocentos. Uma identidade que se construiu, muitas vezes, em oposição aos indígenas e africanos escravizados.

O texto de Luisa Moraes da Silva Cutrim apresenta a atuação do Corpo de Comércio da província do Maranhão a partir de 1826. O clima antilusitano prejudicou os negócios do grupo, cujos membros chegaram a patrocinar tropas contra o projeto independentista. A autora evidenciou que os interesses comerciais, envolvendo redes de crédito interprovinciais e atlânticas, estavam acima de debates sobre uma identidade nacional. Nesse sentido, uma vez firmado o compromisso com o novo centro de poder alocado no Rio de Janeiro, estratégias sociais, políticas e econômicas foram mobilizadas para comprovar a lealdade do Corpo de Comércio ao novo Império do Brasil.

A memória da independência é o mote do artigo de Bento Chastinet. Ao analisar as ações da Sociedade Libertadora Sete de Setembro, agremiação baiana que atuava na causa emancipacionista, Chastinet nos leva a refletir sobre os usos políticos da data e sua relação com o fim da questão servil. A partir da imprensa oitocentista, o autor destaca que entre as comemorações cívicas, a agremiação ratificou convergências com o projeto emancipacionista imperial em detrimento de uma identidade baiana evocada pela data de dois de julho. Ao pôr em evidência “o sete de setembro”, a agremiação de mesmo nome pretendia se atrelar a um projeto nacional.

O artigo de André Fertig apresenta uma interessante síntese do processo de independência do Brasil, especialmente em virtude de sua pretensão principal: estabelecer uma narrativa concisa e didática a respeito daquele processo e a construção do Estado nacional brasileiro tendo em vista o ensino de História para a graduação. Nesse sentido, analisa a independência sob uma perspectiva

temporal dilatada, iniciada em meados do século XVIII, com os sinais de colapso do colonialismo, e estendida até meados do século XIX, quando os principais desafios à criação e à consolidação do Império do Brasil foram subjugados. Assim, ao articular a experiência docente à produção acadêmica, o artigo demonstra a complexidade da empreitada que se impõe ao historiador-professor que pretende compreender e explicar a independência do Brasil.

As agitações populares são o ponto de partida do texto de Elizabeth Sousa Abrantes e Yuri Givago Alhadeff Sampaio Mateus. A proposta dos autores é perseguida a partir de premissas da história social, que retoma o processo de independência através das motivações, do contexto e das disputas intra-oligárquicas que abriram espaço para a participação popular. Ao investigar os diferentes movimentos no Maranhão provincial, Abrantes e Mateus argumentam que, mesmo diante de uma conjuntura social excludente e hierarquizante, as camadas populares participaram das disputas políticas, levantando bandeiras e pautas conforme seus interesses e as relações que travaram com os demais setores sociais.

Por fim, Simona Costa discute, baseada em três estudos de caso, o papel da elite mercantil do Rio de Janeiro no processo de independência do Brasil. O artigo reforça o que a historiografia brasileira vem apontando sobre a ruptura política da ex-colônia portuguesa da América: que “a mesma independência” (FELDMAN, 2014) pode conter, de fato, “várias independências”. Discutir esse processo a partir do perfil de alguns homens de negócio revela ainda as articulações entre a história política e a história social. Além de apresentar o debate historiográfico sobre o tema, a autora defende que homens ricos, proprietários de escravizados e envolvidos no tráfico atlântico de cativos atingiram o topo da administração e da aristocracia de corte contribuindo, assim, “para a concretização da emancipação do Brasil em uma forma substancialmente conservadora”.

Em sua totalidade, o dossiê demonstra como um tema clássico da historiografia ainda é passível de crítica e de novas abordagens. Como destaca João Paulo Pimenta: “doscientos años después de sus principales acontecimientos, la Independencia de Brasil nos sigue tocando, provocando, nos hace pensar y comprender algo sobre el mundo en que vivimos” (PIMENTA, 2021). Esperamos que os textos inspirem novas perspectivas e propostas de modo que, além de nos remeter ao passado e suas experiências, nos leve a mirar as possibilidades de futuro como Estado e nação.

Referências

FELDMAN, Ariel. A mesma independência: A atuação pública de um unitário pernambucano (1822-1823). *Tempo*, v. 20, 2014, p. 1-21.

GONÇALVES, Andréa Lisly. As “várias independências”: a contrarrevolução em Portugal e em Pernambuco e os conflitos antilusitanos no período do constitucionalismo (1821-1824). **Clio: revista de pesquisa histórica**, n. 36, 2018, p. 4-27.

JANCSÓ, István; PIMENTA, João Paulo G. Peças de um mosaico: ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira. **Revista de História das Ideias**, v. 21, 2000, p. 389-440.

MELLO, Evaldo Cabral de. **A outra Independência**: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824. São Paulo: Editora 34, 2004.

PIMENTA, João Paulo. Espacios, dimensiones y tiempos de la Independencia de Brasil. In: PIMENTA, João Paulo (Ed.). **Y dejó de ser colonia**. Una historia de la independencia de Brasil. Madrid: Sílex Ultramar, 2021.